

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Barragens deverão ser fiscalizadas pela ANM.....	2
Título: Para importador, Petrobrás tem ‘preço predatório’ onde há concorrência	3
Título: Estatal descarta seguir rivais e investir em energia renovável.....	5
Título: CPI no Paraguai investigará papel de presidente em acordo sobre Itaipu	6
Título: 6 perguntas para	8
Título: Mesmo com acordo, subsídio seria de US\$ 400 mi até 2022	9
Título: Recuo prudente	10
Título: Mineração em terra indígena pode ir a consulta pública.....	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: Petrobras reduz preço do gás de cozinha em 8,17%	12
Título: CNT compara incluir lucro na tabela do frete a políticas de Dilma	13
Título: Mensagens deixam vice-presidente do Paraguai em situação delicada	14
Título: Semelhanças nas diplomacias de Lula e Bolsonaro	17
Título: Diretor brasileiro de Itaipu quer novo acordo em 1 mês	18
Título: ATIREI O PAU NO GATO	20
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: Governo agiu com prudência na crise do Paraguai	20
Título: Petrobras vai sair logo do transporte de gás natural.....	22
Título: Índices	23
Título: Estatal vai reduzir preço de gás de botijão em 8,16%	24
Título: Disputa sobre Itaipu antecipa negociação dura em 2023	25
Título: FGTS: quem tem ação de Petrobras e Vale poderá sacar.....	26

Título: Recuo político em Itaipu	27
Título: Fiocruz: 56% dos ianomâmis têm mercúrio acima do limite	28
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	30
Título: Gasolina a R\$ 3,99 nos postos do DF	30

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Haubert Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Barragens deverão ser fiscalizadas pela ANM

Hoje, as próprias mineradoras fazem a inspeção das estruturas que armazenam rejeitos e apenas repassam os dados à agência reguladora

O governo estuda passar para a Agência Nacional de Mineração (ANM) a responsabilidade por fiscalizar as barragens no País. Hoje, as próprias mineradoras contratam as empresas que fazem a inspeção em seus empreendimentos. A agência seria responsável por criar um cadastro de empresas habilitadas para a fiscalização. **O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal,** afirmou ao Estadão/Broadcast que a ideia seria de a ANM abrir um edital internacional para licitar as empresas interessadas em realizar a fiscalização e a auditoria externa das barragens.

Elas entrariam em um cadastro geral da agência, que faria a escolha de quem atuaria em determinada barragem aleatoriamente, de forma que nem mesmo a agência pudesse saber qual seria o resultado. "Aí, a ANM poderia dizer que tal empreendimento minerário, tal empresa de auditoria vai fazer e pode até ser de surpresa. O custo seria pago pelo empreendedor, que já paga hoje", disse o executivo. Estudo. O secretário afirmou ainda que a proposta está em estudo e não há data para a sua implementação. De acordo com ele, o cronograma de

fiscalização das 480 barragens de mineração do País deverá ser cumprido até o fim deste ano. Até agora, 187 já passaram por este processo.

"Fiscalizadas elas já eram, mas precisam ser depuradas, ainda mais detalhada essa fiscalização. O programa começou em março com 8 fiscais, agora são 20. Então, até o fim do ano acreditamos que vamos conseguir cumprir", disse. Vidigal disse ainda que o rompimento da barragem de Brumadinho (MG), da brasileira Vale, em janeiro não aconteceu por falta de fiscalização. "O que realmente aconteceu, ninguém sabe ainda, nem a engenharia sabe. O que se tinha de conhecimento técnico, de engenharia para esse tipo de construção era tido como algo seguro. E aí se viu que não era seguro. Não foi por causa da falta de fiscalização que aconteceu Brumadinho", disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Economia

Autor: Cristian Favaro / SÃO PAULO Fernanda Nunes / RIO

Título: Para importador, Petrobrás tem 'preço predatório' onde há concorrência

Monopólio. Segundo Abicom, combustível vendido em regiões próximas a refinarias como Paulínia (SP) e Duque de Caxias (RJ) custa mais do que a média nacional, enquanto em lugares nos quais há oferta de importados, preço cobrado por estatal é R\$ 0,10 menor

A Petrobrás cobra mais caro pelos combustíveis nos mercados atendidos por suas maiores refinarias e derruba o preço onde há portos e a concorrência de importados, segundo a Abicom, que reúne importadores do setor. O cenário, diz a entidade, pode ser resultado de uma política deliberada da estatal brasileira de bater de frente com os concorrentes na oferta de combustível no Brasil. A conclusão da entidade foi baseada em números. Levantamento dos preços dos dois combustíveis nas refinarias da Petrobrás mostra que, nas bases de Paulínia (SP) e Duque de Caxias (RJ), onde funcionam as duas maiores refinarias estatais, o litro dos combustíveis custa mais do que o da média nacional.

Os preços são ainda mais elevados em Uberaba (MG) e Senador Canedo (GO). Em contrapartida, nos portos de Ipojuca (PE), São Luís (MA) e Itacoatiara (AM), o litro custa até R\$ 0,10 menos do que na média do País. Essas cidades estão entre as poucas nas quais a Petrobrás enfrenta concorrência, com a oferta de combustível importado. As importadoras associadas à Abicom levaram os dados do levantamento à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Elas reclamam do que consideram ser uma persistência do domínio estatal nesse mercado, mesmo após a assinatura de um acordo entre a

petroleira e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no mês passado.

"Considerando que a Petrobrás apresentou uma proposta ao Cade para ajustar o seu comportamento e condicionou essa mudança de postura ao arquivamento do processo aberto pela Abicom, a expectativa era que a empresa deixasse de praticar preços predatórios, principalmente nos únicos polos onde tem concorrência", afirmou Sérgio Araújo, presidente da associação. A postura da petroleira, segundo a entidade, tem efeitos práticos na eliminação da concorrência. Em Itacoatiara, por exemplo, um dos associados investiu R\$ 80 milhões, mas diz ter sido obrigado a suspender as atividades neste ano, desde que a Petrobrás passou a praticar preços menores na região.

Commodity. A estatal argumenta que mantém seus preços alinhados ao mercado internacional, mas também considera a concorrência e sua presença nos mercados. "A Petrobrás reafirma que os reajustes nos preços do diesel e da gasolina, tanto de aumento quanto de redução, refletem as variações das cotações internacionais dos produtos e do câmbio e consideram o princípio de nível de participação de mercado previsto na política de preços", afirmou a estatal, em nota, ao Estadão/ Broadcast.

Na avaliação do diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, que acompanha o mercado de combustíveis, cabe à ANP analisar se a Petrobrás permanece ou não dominando e impedindo a concorrência. "É natural uma empresa baixar seus preços", diz Pires. "O que não é aceito é que ela atue como refinador exclusivo e grande importador com o objetivo de dominar um mercado." Análise da agência. A ANP, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que "o poder de mercado por si só não é considerado ilegal". "Mas quando uma empresa ou grupo de empresas abusa desse poder adotando uma conduta que fere a livre concorrência, a prática configura-se em abuso de poder econômico."

A agência informou ainda que, após a análise dos dados disponíveis, se forem encontrados indícios de infração, retornará com o caso no Cade. "Um Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) foi celebrado entre o Cade e a Petrobrás. O cumprimento das obrigações e compromissos a ele relacionados serão monitorados por um trustee (entidade independente) de monitoramento a ser contratado pela Petrobrás. Eventual descumprimento deverá ser declarado pelo Tribunal Administrativo do Cade, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório", escreveu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 03/08/2019****Seção: Economia****Autor: FERNANDA NUNES, COM D.L. e C.F.****Título: Estatal descarta seguir rivais e investir em energia renovável**

Presidente da Petrobrás disse ver "marketing" na estratégia: "não é porque a Shell está fazendo que vou copiar"

A Petrobrás não vai se espelhar nas grandes petroleiras internacionais no que diz respeito ao investimento em energias renováveis. "Cada companhia escolhe o que é melhor para ela. Não é por que a Shell está fazendo que vou copiar", afirmou ontem Roberto Castello Branco, presidente da estatal, em conversa com jornalistas, um dia após a divulgação do lucro líquido recorde de R\$ 18,8 bilhões no segundo trimestre. Para ele, "existe muito marketing e poucas ações de fato" nas estratégias das grandes petroleiras globais na área de renováveis.

"Tem gente que anuncia ser comprometido com energias melhores e tal, mas se formos ver as companhias (petroleiras) europeias que focam no negócio de energia renováveis, a projeção da participação em suas receitas em 2030 é de 1%, no máximo 1,5%. Na prática, não é tudo isso", afirmou. Distribuição de gás. Castello Branco afirmou também não estar preocupado com uma possível transferência do domínio da estatal para o setor privado na área de gás natural. A japonesa Mitsui divide com a Petrobrás o controle da subsidiária Gaspetro, empresa presente em 19 Estados. A saída da Petrobrás da Gaspetro, como sugeriu o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pode gerar um novo controle do mercado, mas por um ente privado. "É um assunto para o Cade", disse.

A japonesa Mitsui tem direito de preferência na compra das ações, mas ainda não há uma decisão do modelo de venda da Gaspetro. O Estado informou ontem que a Mitsui avalia elevar sua participação em distribuição de gás e pode comprar fatia da estatal em distribuidoras. Além de sair dos negócios de transporte e distribuição de gás, a Petrobrás continuará a se vender outros ativos para reduzir seu alto endividamento. Mais US\$ 4 bilhões podem entrar no caixa da empresa em breve, como o pagamento por áreas de exploração e produção de petróleo e gás, em fase final de negociação. "O desinvestimento não tem apenas objetivo de redução da dívida", afirmou Castello Branco.

"Tem muita coisa para fazer: vender oito refinarias, a Gaspetro e muitos outros ativos não é fácil." "Clubinho". Castello Branco afirmou ainda que a Petrobrás está preocupada com ela mesma e não em participar de "clubinho" de empresas no programa de destaques de estatais na B3, bolsa paulista. Esse

movimento, em sua opinião, é o mesmo que "disputar a Série C do Campeonato Brasileiro". Em vez disso, a petroleira quer "disputar a Champions League".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Carla Bridi Fábio Leite Luiz Raatz

Título: CPI no Paraguai investigará papel de presidente em acordo sobre Itaipu

Auditoria. Parlamento vai apurar atuação do presidente Abdo Benítez e do vice Velázquez, ainda ameaçados de impeachment, em razão de pacto assinado em maio com o governo brasileiro para a renegociação da venda de energia; oposição vê "traição à pátria"

O Paraguai anunciou ontem a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação do presidente Mario Abdo Benítez e do vice-presidente Hugo Velázquez no acordo assinado em maio com o governo brasileiro para a renegociação da venda de energia paraguaia vinda de Itaipu, anulado na quinta-feira. O pacto previa um aumento gradual do valor pago pelos paraguaios. A CPI investigará se houve de fato traição à pátria e afronta à soberania paraguaia, acusações feitas pela oposição. Dos cinco senadores escolhidos, dois são integrantes do Partido Colorado (ANR), governista, enquanto outros dois fazem parte do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), principal opositor de Abdo Benítez.

A composição do restante do grupo, de cinco deputados, deve ser anunciada na segunda-feira. "Haverá uma disputa política muito forte, porque estão representados todos os setores, incluindo aqueles que sustentam de maneira clara que existem elementos para abrir um processo político", disse ao Estado o sociólogo e analista político paraguaio Camilo Soares. Embora a função da comissão não seja encaminhar um processo de impeachment, ela poderia encontrar informações relevantes que mostrem que houve um ato de corrupção. "Se isso acontecer, o pedido de impeachment dos deputados certamente ganhará força", avalia Soares.

Apesar de o cancelamento do acordo com o Brasil ter sido visto como uma medida para manter Benítez no poder, o PLRA deve apresentar na Câmara um pedido de julgamento político contra o presidente e seu vice. Os 30 deputados do partido ainda precisam de mais apoio para compor os 53 votos necessários para a aprovação do pedido em plenário. Embora inicialmente o Partido Colorado tenha se manifestado a favor do impeachment, a vertente ligada ao ex-presidente do Paraguai Horacio Cartes (2013-2018) decidiu apoiar o presidente. Escândalo. A imprensa do Paraguai divulgou ontem novas

mensagens de celular atribuídas a Pedro Ferreira, ex-presidente da estatal elétrica paraguaia Ande, e ao advogado José Rodríguez González, assessor jurídico da vice-presidência do Paraguai.

Elas indicam o envio de uma carta de intenções ao empresário Alexandre Giordano, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), mencionando a possibilidade de compra de energia da Ande. Ao Estado, Giordano disse que não se recorda da carta e voltou a negar qualquer relação da sua ida ao Paraguai com a retirada de uma cláusula do acordo bilateral que permitiria a venda de energia a pessoas jurídicas sem autorização da Eletrobrás. "Isso deve ser uma briga política deles. Não tenho nenhuma relação com esse acordo. A Léros me chamou e eu fui lá escutar a proposta da Ande sobre venda de energia. Existe uma licitação aberta, que é pública. Eu não comprei nada. A própria Léros não assinou nada", afirmou.

Giordano também negou ter se apresentado como senador e usado o nome do presidente Jair Bolsonaro na reunião com diretores da Ande. Filiado ao PSL, ele é dono de empresas de mineração, terraplenagem e instalação de materiais metálicos usados em torres de energia e se diz fornecedor da Léros, que é geradora e comercializadora de energia no Brasil. A reportagem tentou contato com Kléber Ferreira, sócio da Léros, mas ele não atendeu as ligações. De acordo com o canal de TV paraguaio NPY, no começo de maio, González abordou Ferreira usando o nome do vice-presidente Hugo Velázquez e da família de Bolsonaro para conseguir uma reunião entre a Ande e um enviado da Léros. Em 17 de maio, uma semana antes da assinatura da ata sobre Itaipu, González revelou ao presidente da Ande o interesse da Léros em contratar energia paraguaia.

O Tratado de Itaipu impede a venda de energia da usina para comercializadoras – a Eletrobras e a Ande são os únicos agentes autorizados a receber a energia da usina. O documento também estabelece que a prestação de serviços da usina deve ser igual ao custo do serviço – ou seja, é proibido vender a energia a preços de mercado ou com margem de lucro. Segundo González, a flexibilização desta proibição chegou a ser discutida, mas não avançou a pedido de Velázquez, o vice-presidente paraguaio.

Outro pilar do tratado é a garantia de que apenas os dois países podem usufruir da energia – pelo menos até 2023. Por isso, a ata anulada unilateralmente pelo Paraguai não fazia menção à possibilidade de venda de excedentes a comercializadoras, segundo fontes consultadas pela reportagem. De olho no potencial da renegociação dos termos financeiros do tratado, o Paraguai já iniciou estudos para apresentá-los ao Brasil. / COLABOROU ANNE WARTH

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 03/08/2019**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** 6 perguntas para ...

Miguel Carter, cientista político mexicano, radicado no Paraguai

1. Quais eram os problemas do acordo cancelado?

Itaipu é uma questão extremamente sensível para o Paraguai, já que fornece 90% da energia elétrica consumida pelo país. Esse acordo com o Brasil foi tratado com muito sigilo pelo governo. Há um consenso no país de que o tratado e esta última negociação foram amplamente desfavoráveis aos paraguaios.

2. O sr. crê que o Tratado de Itaipu é lesivo ao Paraguai?

Estudos mostram que Paraguai perdeu muito dinheiro com Itaipu. Conduzi um estudo que divulguei em diversas apresentações públicas no Paraguai, com dados oficiais do Paraguai e do Brasil, que mostram prejuízos grandes ao Paraguai.

3. Quais seriam os valores?

Meu estudo mostra que entre 1985 e 2018 o Paraguai deixou de ganhar US\$ 75,4 bilhões por vender a energia que não consome ao Brasil, a preços abaixo dos valores de mercado. Em todos esses anos de funcionamento da hidrelétrica o Paraguai usou 7,6% da energia produzida.

4. Para o Paraguai, é um valor elevado?

Esse valor é o PIB dos últimos dois anos do Paraguai. É muito dinheiro. Com esse preço a valores de mercado, o gasto público do Paraguai poderia ter aumentado 85% entre 1985 e 2018 em infraestrutura, saúde, educação.

5. Mas e o pagamento do financiamento de Itaipu, que foi feito pelo Brasil?

A Eletrobrás fez os empréstimos, mas a própria Itaipu é quem está pagando os empréstimos feitos pela Eletrobrás, ano a ano, até 2023.

6. Quais as consequências políticas do acordo?

A população não aceita mais a ideia de que o Paraguai cede a energia que não pode consumir, a energia excedente, e é obrigado a vender ao Brasil essa energia a um valor irrisório. / RODRIGO TURRER

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 03/08/2019****Seção: Internacional****Autor: Anne Warth****Título: Mesmo com acordo, subsídio seria de US\$ 400 mi até 2022**

Paraguai aumentaria a compra de energia mais cara, mas Brasil o subsidiaria no período de quatro anos

Anulado após desestabilizar o governo do presidente Mario Abdo Benítez, o acordo para reequilibrar a contratação da potência da usina de Itaipu manteria um subsídio pago pelo Brasil ao Paraguai. Segundo apurou o Broadcast, pela ata assinada em 24 de maio, mesmo aumentando a conta paraguaia, os consumidores brasileiros teriam de arcar com US\$ 400 milhões para manter as tarifas do país vizinho mais baixas até o fim de 2022. Hoje, o consumidor brasileiro paga, em média, US\$ 41 por megawatt/hora (MWh) pela energia de Itaipu, enquanto o paraguaio despende US\$ 26 por MWh.

Essa diferença ocorre porque o Brasil contrata a maior parte da energia mais cara da usina – chamada garantida, que custa US\$ 43,80 por MWh –, enquanto o Paraguai se aproveita de praticamente toda a energia mais barata – conhecida como excedente, que custa US\$ 6 por MWh. O acordo anulado na quinta-feira previa que o Paraguai aumentasse, progressivamente, a contratação da energia garantida da usina, de forma a reequilibrar a relação com o Brasil. Mas o acordo mantinha uma vantagem embutida para os paraguaios. Pela ata, neste ano, o Paraguai aumentaria a compra da energia mais cara em 9,6%. Para 2020, 2021 e 2022, a contratação deveria ser elevada em 12% a cada ano.

Com esta proposta, o Brasil ainda subsidiaria o Paraguai em US\$ 190 milhões em 2019, US\$ 120 milhões em 2020, US\$ 82 milhões em 2021 e US\$ 28 milhões em 2022. No período de quatro anos, o subsídio atingiria US\$ 400 milhões. Os termos do acordo vieram a público na semana passada, após Pedro Ferreira, ex-presidente da estatal paraguaia de energia Ande, ter rejeitado assinar a ata, que ele classificou como "entreguista". O documento foi referendado, em 24 de maio, por representantes dos ministérios de Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai.

Ontem, o diretor técnico de Itaipu no Paraguai, José María Sánchez Tillería, renunciou ao cargo. Foi a sexta autoridade paraguaia a cair desde a crise, que já derrubou Pedro Ferreira e seu substituto, Alcides Jiménez, o chanceler Luiz Castiglioni, o embaixador Hugo Saguier e o ex-diretor José Alderete. Notícias na imprensa paraguaia dão conta de que os conselheiros paraguaios também devem ser substituídos.

O lado brasileiro aguarda, agora, a definição dos novos escolhidos para negociar a contratação da potência de Itaipu. Não há perspectiva sobre quando o problema será resolvido. Enquanto um novo acordo não sai, Itaipu deixa de faturar, em média, US\$ 22 milhões por mês – nem Brasil, nem Paraguai aceitam arcar com esse custo. Até o momento, a usina tem mantido seus pagamentos em dia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Recuo prudente

O governo brasileiro agiu bem diante da crise política que se instalou no Paraguai desde a semana passada, após vir a público no país vizinho a notícia de que os presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez assinaram um novo pacto sobre as condições de distribuição da energia gerada pela Itaipu Binacional. O pacto, com justiça, era favorável ao Brasil, o que foi interpretado pela oposição paraguaia como uma "traição" cometida pelo presidente Benítez contra o seu país.

Diante da instalação de um processo de impeachment contra o presidente paraguaio e seu vice, Hugo Velázquez, o governo brasileiro, de forma "unilateral e soberana", agiu rápido e decidiu anular o acordo. A medida surtiu efeito. Após a decisão do presidente Jair Bolsonaro, diversos deputados e senadores paraguaios retiraram suas assinaturas do pedido de julgamento político de "Marito", como o presidente Mario Benítez é conhecido no Paraguai.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil assinalou "o excelente nível do relacionamento Brasil-Paraguai atingido entre os governos dos presidentes Mario Abdo Benítez e Jair Bolsonaro, com iniciativas de grande impacto positivo para o Paraguai nas áreas econômica, de integração física e de segurança pública". A nota da chancelaria brasileira destaca ainda que a relação "sem precedentes" entre os dois países latino-americanos "se deve, mais do que a qualquer outro fator, à excelente relação pessoal entre os presidentes Mario Abdo e Jair Bolsonaro, à coincidência de visões estratégicas e à determinação de ambos de agir em conjunto em benefício de seus povos".

Jair Bolsonaro, não é mais novidade, é um presidente que pauta as relações externas do Brasil por seus afetos pessoais. Ora estes coincidem com o interesse nacional, ora não. No caso da crise paraguaia, ambos caminham juntos, ou seja, a boa relação pessoal que o presidente brasileiro mantém com sua contraparte paraguaia levou a uma decisão que, a despeito de adiar o atendimento de um

pleito legítimo do Brasil, evitará o agravamento de uma crise política de consequências imprevisíveis não só para o Paraguai, mas também para a região. De acordo com o Tratado de Itaipu, assinado pelo Brasil e pelo Paraguai em 1973, cada um dos países detém 50% da usina hidrelétrica de Itaipu.

Os custos para a construção da usina deveriam ter sido igualmente divididos pelos dois sócios, mas à época o Paraguai não dispunha dos recursos para arcar com a sua parte. O Brasil, então, emprestou o dinheiro para o país vizinho, gerando uma dívida de US\$ 18 bilhões de dólares a ser paga até 2023. Brasil e Paraguai têm direito a metades iguais da energia que é gerada pela usina de Itaipu, mas o país vizinho só consome cerca de 15% de sua cota e vende os 85% excedentes ao Brasil. O desequilíbrio comercial reside na diferença de tarifas praticadas no Paraguai e no Brasil, pois, no caso paraguaio, há o benefício do subsídio brasileiro para a construção da usina, o que beneficia os consumidores daquele país.

"É como se a conta de luz dos brasileiros tivesse um "encargo de política externa". Existe um subsídio aos paraguaios que é pago por nós, brasileiros", afirmou Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace). A energia paga pelos brasileiros é mais cara do que a energia paga pelos paraguaios porque embute o custo da construção da usina. Isso significou R\$ 1,6 bilhão a mais na conta paga pelos brasileiros apenas em 2018. Evidente, portanto, que mais cedo ou mais tarde o modelo deverá ser repactuado com o Paraguai. O país vizinho aproveita esse "bônus" para oferecer energia mais barata para empresas que desejam se instalar no país, competindo em condições desiguais.

É cristalina a razão do Brasil. Mas a pertinência de levar adiante o novo pacto tinha mesmo de ser sopesada. A destituição de Benítez levaria o Paraguai à incerteza. E isso teria reflexos para o Brasil, para o Mercosul e para o acordo de livre comércio entre o bloco e a União Europeia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Política

Autor: Mariana Haubert /BRASÍLIA

Título: Mineração em terra indígena pode ir a consulta pública

Presidente avalia medida antes de enviar projeto ao Congresso; "Temos que resolver esse assunto", diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que avalia fazer uma consulta pública sobre a liberação de mineração em terras indígenas antes de enviar ao

Congresso um projeto de lei para tratar do tema. O objetivo, segundo ele, é fazer um balanço prévio de eventuais críticas. "O que tenho vontade de fazer, antes de apresentar um projeto polêmico, é publicar o anteprojeto de lei, para ter críticas", disse ao sair do Palácio da Alvorada pela manhã. Como o Estadão/Broadcast mostrou ontem, o **secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e energia, Alexandre Vidigal**, afirmou que a proposta ainda está sendo escrita pelo governo e deve ser enviada ao Legislativo em agosto ou setembro.

"Temos que resolver esse assunto. Não dá para continuar assim. Temos, por exemplo que explorar potássio na foz do Rio Madeira (Amapá). Importamos quase 100% do potássio da Rússia. Temos problemas lá com reservas indígenas. O índio deve ser, de fato, dono de sua terra. Explorar, garimpar, se quiser, com lei, plantar, arrendar, explorar turismo. Já tem aldeia indígena aí onde o pessoal pode ficar numa boa explorando turismo em sua área, mostrando a sua tradição, sua cultura, as maravilhas naturais", disse Bolsonaro. Ontem, pesquisa divulgada pelo Datafolha mostrou que 86% da população é contra a mineração em terras indígenas, medida defendida por Bolsonaro. O levantamento também indica que 7% concordam parcialmente com a proposta, e outras 7% concordam totalmente.

O instituto ouviu 2.088 pessoas em 168 municípios – a margem de erro é dois pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. Para Bolsonaro, os números da pesquisa se devem a uma imagem distorcida do que é atividade. "Acredito que pode ser um número compatível. Quando se fala em garimpo, vem a imagem do cara com jato d'água, desbarrancando tudo. De vez em quando, vem com escafandro no fundo do rio. Não é assim. Esse garimpo é industrial, geralmente". De acordo com o presidente se não houver a regularização do garimpo no País, as pessoas continuarão explorando ilegalmente. "O garimpeiro vive disso. São seres humanos. Se você não regulamentar ou legalizar, eles vão continuar fazendo isso. Algumas vezes de forma inadequada. Queremos dar dignidade ao garimpeiro, evitar o uso de mercúrio e fazer exploração sustentável", disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras reduz preço do gás de cozinha em 8,17%

São Paulo | Reuters- A Petrobras anunciou nesta sexta (2) uma redução de 8,17% no preço do botijão de gás de cozinha de até 13 kg, que a partir de

segunda (5) passará a custar R\$ 24,06 para as distribuidoras, de acordo com o site da estatal.

O valor anunciado pela Petrobras representa o custo sem adição de impostos para venda do botijão às distribuidoras, com o repasse dos preços ao consumidor final dependendo das estratégias das distribuidoras e revendedoras.

Foi a primeira queda neste ano na cotação do GLP residencial, que tem tido reajustes a cada três meses desde janeiro. Antes, a petroleira reajustava os valores de acordo com cotações de butano e propano (usados no GLP) no leste europeu, além do seu lucro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Ivan Martínez-Vargas

Título: CNT compara incluir lucro na tabela do frete a políticas de Dilma

São Paulo- Grandes transportadoras se mobilizam para barrar tabela de fretes que fixe margens de lucro e cota de transporte para caminhoneiros autônomos. Para elas, os autônomos deveriam se recusar a transportar cargas se houver prejuízo.

A categoria participa das negociações entre o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e os líderes de caminhoneiros autônomos.

A CNT (Confederação Nacional dos Transportes) está nas negociações há cerca de 30 dias. O presidente da entidade, Vander Costa, compara a proposta a políticas do governo Dilma Rousseff.

"Fixar margem de lucro vai dar tão certo quanto no governo da presidente Dilma, quando ela quis tabelar a margem de retorno das concessões rodoviárias. Não tem como tabelar. Quanto maior for minha capacidade de reduzir meus custos, maior meu lucro", afirma.

Para Costa, o número de caminhoneiros autônomos não justifica o estabelecimento de uma cota.

"O caminhoneiro autônomo hoje transporta cerca de 5% da carga no país, com uma participação de frota de 8%. Boa parte deles trabalha como agregado de uma empresa de transporte", diz.

A tabela do frete, segundo ele, só pode ser aprovada se houver decisão do Supremo Tribunal Federal sobre sua constitucionalidade.

De qualquer modo, a entidade vê como viável uma adoção da regulação de preço, desde que temporária.

"Uma das alternativas para se chegar a um acordo, na nossa visão, é pactuar uma tabela que vigore por um período de tempo porque o mercado se reequilibraria [nesse intervalo], mas o que vai melhorar a condição do frete não vai ser uma tabela, e sim a conscientização do próprio autônomo de não trabalhar com prejuízo."

Uma das maiores transportadoras do país, a Nepomuceno ainda aplica a tabela do frete da ANTT "enquanto não houver decisão clara [do Judiciário sobre o tema] ", segundo o presidente, Agnaldo Souza Filho.

Para o executivo, "pactuar margem de lucro está totalmente contrário ao que vemos como correto". Ele também se opõe às cotas, que vê como um incentivo para que pequenas transportadoras voltem à informalidade.

Para Cláudio Adamuccio, da Transpanorama, "o autônomo deveria se recusar a carregar quando o preço é ruim". "O que é forçado por lei não funciona", afirma. "Essa intervenção é um engessamento que prejudicaria o mercado e os autônomos."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Mundo

Autor: Sylvia Colombo

Título: Mensagens deixam vice-presidente do Paraguai em situação delicada

Conhecido por escândalos, Hugo Velázquez iniciou carreira política durante ditadura Stroessner

Assunção- Mensagens de texto trocadas entre o advogado José Rodríguez, que se apresentou como assessor jurídico da vice-presidência do Paraguai, e Pedro Ferreira, então presidente da Ande, a agência nacional de eletricidade do país, complicaram ainda mais a situação do vice-presidente paraguaio, Hugo Velázquez.

Na quinta (1º), o Paraguai assinou um documento que cancela o acordo bilateral que favoreceria o Brasil na contratação da energia de Itaipu.

O pacto, assinado em maio, elevaria os custos para a empresa estatal de eletricidade do país em mais de US\$ 200 milhões e, por isso, foi interpretado por opositores como um ato de "traição à pátria".

A oposição paraguaia ameaçou pedir o impeachment do presidente Mario Abdo Benítez e de seu vice, o que acabou não acontecendo devido ao cancelamento do pacto.

Nas mensagens, o advogado Rodríguez diz estar tratando o interesse da compra de energia por parte de representantes da empresa brasileira Léros, que, segundo as mensagens, representariam a "família presidencial do país vizinho", ou seja, a família do presidente Jair Bolsonaro.

As conversas foram entregues pelo ex-presidente da Ande em audiência na quintano Ministério Público paraguaio. Na saída do local, Ferreira disse: "José Rodríguez, para mim, era o assessor jurídico do vice-presidente". Ele afirma ter entregue uma pasta cheia de informações sobre a venda à empresa brasileira.

O promotor Marcelo Pecci disse que estuda chamar o vice-presidente para depor sobre a troca de mensagens.

Ferreira teria alertado Rodríguez que o ponto seis do acordo estabelecia "não poder haver exclusividade" na venda de energia para uma empresa brasileira. Sem a restrição, o Paraguai poderia vender o excedente de energia elétrica produzida em Itaipu para quem desejasse.

Depois, em conversa de Rodríguez com outra pessoa não identificada, o advogado disse que o assunto já tinha sido tratado "pelos altos mandos dos dois países" e que o ponto seis não constaria mais no documento final.

Nas mensagens, Rodríguez menciona Alexandre Giordano, suplente do senador brasileiro Major Olímpio (PSL-SP), como receptor de documentos relacionados à venda da energia ao Brasil.

Em entrevista à revista piauí, Giordano confirma ter participado de uma reunião no Paraguai para tratar da venda de excedentes de energia de Itaipu no Brasil.

Negou, no entanto, ter falado em nome do governo brasileiro ou da família do presidente Bolsonaro.

Em sua apresentação diante do Congresso no começo da semana, Velázquez afirmou que Rodríguez não o representa e que não o conhece.

Depois, no mesmo depoimento, entrou em contradição e afirmou ter ido com o advogado a um evento esportivo. A imprensa paraguaia mostrou fotos de redes

sociais que mostram Rodríguez e um dos filhos do vice-presidente em festas, dizendo tratar-se de um amigo da família.

O vice-presidente, um veterano do Partido Colorado que iniciou a carreira política durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e já havia estado tanto com o grupo liderado pelo ex-presidente Nicanor Duarte (2003-2008) quanto com o de Horacio Cartes (2013-2018), é um velho conhecido pelos escândalos que protagoniza no país.

Velázquez é famoso pelas ligações a diversas denúncias de corrupção, enriquecimento ilícito, contrabando, lavagem de dinheiro e interferência em decisões judiciais.

Oriundo de uma família pobre, ele só pôde começar a estudar devido à ajuda de uma tia. Atualmente, é dono de um império imobiliário e de um negócio milionário de criação de cavalos de raça para exportação.

Em 2016, um artigo publicado pela revista Foreign Policy relacionou Velázquez a ações da milícia Kbanesa Hizbullah na América Latina.

O texto afirmava que o paraguaio estava vinculado a nomes importantes da rede de terroristas na Tríplice Fronteira, onde praticavam atividades ilícitas para reunir fundos para suas operações no Oriente Médio.

A relação com o grupo extremista teria ocorrido durante os anos em que atuou como promotor em Ciudad del Este. Ali, foi acusado de receber subornos por meio de um escritório de advocacia para livrar diversos líderes de máfias de contrabando de processos.

Velázquez também é conhecido por sua generosidade com familiares. Há inúmeros empregados em postos públicos. Entre eles, sua irmã, Carmen Velázquez de Martínez, funcionária da Ande — a agência nacional de eletricidade.

Outra irmã, Martha Lorena Velázquez Moreno, trabalha no Ministério Público paraguaio, enquanto a ex-mulher, Sonia Elena Escauriza, é funcionária do Ministério da Educação e da Cultura.

Dois de seus filhos também receberam empregos como presentes de Velázquez. Dionicio Adalberto Velázquez Giménez é funcionário, justamente, de Itaipu, e Sonya Rebeca Velázquez Escauriza trabalha em outra binacional, esta entre Paraguai e Argentina, a de Yaciretá.

Dois de seus sobrinhos trabalham como funcionários administrativos do Partido Colorado na Câmara dos Deputados do Paraguai.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 03/08/2019**Seção:** Mundo**Autor:** Fábio Zanini**Título:** Semelhanças nas diplomacias de Lula e Bolsonaro

Opinião

São Paulo- O postos ideologicamente, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva aproximam-se no populismo traduzido em retórica messiânica, ataques à imprensa e comunicação direta com o povo. O atual presidente pelas redes sociais, o antigo por meio de inúmeros discursos diários feitos de improviso, que exasperavam sua assessoria.

O fenômeno se estende à diplomacia, que nos aspectos gerais não poderia ser mais diferente, mas cujos pontos de contato são óbvios. A generosidade estratégica do atual governo com o Paraguai, com o objetivo de preservar um aliado às custas do contribuinte, lembra muito a crise com a Bolívia em maio de 2006.

Na ocasião, Lula, iniciando a campanha de reeleição, foi surpreendido pela decisão do presidente Evo Morales de cercar refinarias, incluindo duas da Petrobras. O objetivo era nacionalizar a produção e aumentar o preço do gás natural, que tinha no Brasil um dos maiores clientes.

Mas Evo era um aliado estratégico na onda bolivariana que estava instalada no continente, e o máximo a que o governo brasileiro se permitiu foi classificar a atitude de "inamistosa".

O Itamaraty na época disse respeitar a soberania do ato hostil do vizinho, e o próprio Lula passou a repetir uma frase feita sempre que questionado sobre o motivo de o Brasil se comportar de forma passiva.

"Se não briguei nem com o Bush [então presidente dos EUA], como é que vou brigar com o Evo?", dizia.

Um ano depois, a Bolívia conseguiu um aumento substancial à tarifa cobrada do Brasil pelo produto.

Lula tinha consciência de que Evo agia movido pela política interna, assim como Bolsonaro sabe que o recuo no acordo sobre Itaipu foi importante para a preservação de seu aliado, Mario Abdo Benítez.

Conveniências regionais e proximidade ideológica, nos dois casos, falaram mais alto. Isso se manifesta também em outra característica comum a Bolsonaro e Lula, o cultivo de "ditadores de estimação". A defesa dos valores universais de democracia e respeito aos direitos humanos acabar e legada aos inimigos.

No caso do petista, o aliado mais simbólico, obviamente, foi o venezuelano Hugo Chávez, mas havia outros, na África e no Oriente Médio, para não falar da ditadura cubana.

Bolsonaro inclina-se por autocratas no leste europeu e nas Filipinas. Num recente documento interno do Itamaraty enviado à missão do Brasil em Genebra, a situação filipina é descrita como diferente das de Venezuela e Nicarágua, não por acaso dois regimes ditatoriais de esquerda.

Isso apesar da ocorrência quase diária de massacres cometidos por forças de segurança no âmbito de uma guerra às drogas e do cerco crescente à imprensa.

Seria curioso imaginar como um governo do PT compararia as situações. Provavelmente, o sinal seria invertido, com uma crítica dura ao governo filipino e a relativização das ditaduras da América Latina.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Diretor brasileiro de Itaipu quer novo acordo em 1 mês

RIO DE JANEIRO E ASSUNÇÃO- O diretor-geral brasileiro da usina de Itaipu, Joaquim Silva e Luna, estabeleceu em um mês o prazo para um novo acordo com o Paraguai sobre a contratação da energia da hidrelétrica binacional de Itaipu. Já a chancelaria do Paraguai disse nesta sexta (2) que espera fechar um novo acordo no prazo de "um ou dois meses".

Silva e Lima estabeleceu o prazo em entrevista à agência Reuters, quando disse que esperava chegar a um acordo em breve. "Estou querendo fechar isso até o mês que vem. Espero esse reequilíbrio no máximo em um mês", disse.

Um acordo entre os dois países assinado em maio foi cancelado na quinta (iº), após ter causado enorme repercussão no Paraguai, onde foi visto como favorável ao Brasil, o que levou políticos locais a ameaçar em buscar o impeachment do presidente paraguaio Mario Abdo Benítez.

O diretor brasileiro de Itaipu afirmou que a discussão "será técnica, e não política" e que os interlocutores do país nas negociações foram mantidos, apesar de grandes mudanças do lado paraguaio.

O chanceler paraguaio, Antonio Rivas, porém, afirmou que o poder Executivo nomeou uma nova equipe de negociadores para o novo acordo, sem a presença dos que participaram do time anterior.

Depois da crise, o diretor de Itaipu, José Alberto Alderete, o então chanceler, Luis Alberto Castiglioni, e o então embaixador paraguaio no Brasil foram levados a renunciar.

No Brasil, o centro de estudos Acende Brasil defendeu que o acerto corrigia distorções que vinham permitindo ao Paraguai reduzir custos com a energia da usina nos últimos anos, em detrimento dos brasileiros.

Pelo tratado binacional sobre Itaipu, cada país tem direito a metade da energia gerada pela usina, mas os paraguaios revendem boa parte de sua cota ao vizinho. Silva e Lima estima que hoje o Brasil fica com 85% da energia e o Paraguai com 15%.

O problema por trás da disputa reside na forma de contratação da energia. O Paraguai vinha declarando uma contratação junto a Itaipu em níveis abaixo de seu consumo, o que permitia evitar custos que são repartidos entre os dois países de acordo com a energia requerida por cada um deles. Na prática, essa manobra também permitia aos paraguaios atender sua demanda com excedentes de geração da usina, mais baratos.

Segundo Silva e Lima, esse ponto estará na mesa na retomada das negociações.

"A orientação é fazer um acordo justo. Isso significa que os paraguaios tem que contratar a energia que é consumida... A ideia é corrigir esse valor, mas ao longo do tempo, não pode ser do dia para noite, porque o impacto na energia (em custos) seria muito grande", afirmou o diretor.

"O fato é que o Paraguai hoje leva muito mais energia que contrata. Essa é uma prioridade das negociações. Encontrar o reequilíbrio disso. Hoje eles contratam muito pouco para a quantidade que levam de energia", frisou ele.

Silva e Lima ainda utilizou uma metáfora para descrever as conversas e disse esperar que seja possível chegar a um consenso, com ambas as partes podendo ceder.

"É como se fossem dois irmãos, só que um quer um pedaço de pão maior que o outro. Briga de irmão se resolve e teve um irmão que cedeu muito, foi muito

bonzinho", afirmou, em referência a acordos fechados durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que beneficiaram o Paraguai.

Em declaração à imprensa, Rivas disse que a renegociação prevista para ocorrer em 2023 irá incluir que o Paraguai possa alcançar a livre disposição de 50% de toda a energia produzida por Itaipu.

A Folha apurou que uma avaliação técnica feita pelo Paraguai prevê que, caso a economia e a população paraguaia continuem aumentando na mesma progressão de hoje, logo o país necessitaria do correspondente a 100% da produção de Itaipu, e que isso significa que o país deveria estar buscando outras fontes de energia no futuro. SC

Com informações da Reuters.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: ATIREI O PAU NO GATO

PAINELS.A.

A Neoenergia fez uma força-tarefa para combater fraudes e furto de energia no primeiro semestre. Suas quatro distribuidoras — Celpe (PE), Coelba (BA), Cosern (RN) e Elektro (SP e RN) — fizeram aproximadamente 239 mil inspeções técnicas.

Choque

O esforço conjunto levou à regularização de 69 mil clientes e à devolução de 206 milhões de kWh, o equivalente para suprir um município como Natal por dois meses, segundo Mario Ruiz-Tagle, diretor-presidente da Neoenergia.

com Igor Utsumi e Paula Soprana

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/08/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Governo agiu com prudência na crise do Paraguai

Recuo de Bolsonaro, induzido pela diplomacia profissional, permite o reinício da negociação

Foi sensata a decisão do presidente Jair Bolsonaro de cancelar o pré-acordo com o Paraguai sobre compra de energia de Itaipu até 2023, data da revisão de contratos.

Ao concordar com a declaração "unilateral e soberana" de nulidade do presidente paraguaio Mario Ab-do Benítez, Bolsonaro demonstrou prudência na defesa dos interesses estratégicos brasileiros, e ainda preservou o aliado político acuado em grave crise política doméstica.

A energia gerada pela empresa pública binacional Itaipu corresponde a cerca de 15% do consumo de eletricidade. É vital ao suprimento do parque industrial do Sul e do Sudeste. É sempre uma questão de Estado, muito além de eventuais interesses de qualquer governo.

Desde 1973, Brasil e Paraguai mantêm o compromisso de adquirir o total da potência instalada da Usina de Itaipu, conjunta ou separadamente. Toda eletricidade produzida é partilhada igualmente, mas o tratado permite que um país possa vender ao outro aquilo que não utilizar para o próprio consumo. O Paraguai consome apenas 15% do que tem direito e vende o restante ao Brasil.

No dia 24 de maio, em Brasília, diplomatas e técnicos dos dois países definiram um pré-acordo sobre as condições de remuneração de Itaipu até a revisão dos contratos em 2023. O Paraguai aceitou, para essa etapa, um encargo adicional de quase US\$ 50 milhões anuais, limitado à variação de consumo (máximo de 6%).

Durante dois meses, esse pré-acordo foi mantido em sigilo. Revelado na semana passada, deu margem à interpretação de um entendimento lesivo aos interesses nacionais do Paraguai. A oposição local, majoritária no Legislativo, exigiu a revogação do compromisso e acusou o governo de Abdo Benítez de ter cometido crime de lesa-pátria.

Abriu-se uma crise com protestos nas ruas, inclusive em frente à embaixada do Brasil. No Senado e na Câmara, em Assunção, prevaleceram evocações à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), travada e perdida contra Brasil, Argentina e Uruguai. O chanceler e as equipes diplomática e técnica envolvidas na negociação renunciaram. Oposicionistas avançaram na ideia de um pedido de impeachment do presidente e do seu vice Hugo Velázquez, envolvido nas negociações.

O Brasil agiu rápido e concordou com a proposta de Abdo Benítez de cancelar o acordo. Em ação coordenada com os Estados Unidos, atuou diplomaticamente

para atenuar a crise, alertando sobre riscos de desrespeito à Constituição e até acenando com a cláusula de salvaguardas democráticas do Tratado do Mercosul.

O lúcido recuo de Bolsonaro, induzido pela diplomacia profissional, permite o reinício da negociação a partir desta semana, em bases técnicas — como já deveria ter sido.

Ao governo Abdo Benítez resta, agora, reconquistar a confiança doméstica, profundamente abalada.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/08/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Petrobras vai sair logo do transporte de gás natural

Estatul pretende vender participação no gasoduto Brasil-Bolívia e na Gaspetro, que reúne investimento em distribuidoras estaduais. Petroleira vai operar mais da metade dos campos de petróleo em parceria com outras empresas

Na busca por recursos para reduzir seu nível de endividamento, a Petrobras pretende acelerar seus planos de privatização. A companhia tem como meta zerar sua participação no mercado de distribuição e transporte de gás natural. Uma medida nessa direção anunciada ontem foi a intenção de vender sua fatia de 51% das ações da TBG, dona do gasoduto Brasil-Bolívia.

— Desinvestimentos não significam redução de empregos e desmonte. A Petrobras foi quase desmontada. Estamos reconstruindo a Petrobras — disse o presidente da estatal, Roberto Castello Branco.

Em teleconferência com analistas de mercado, a venda de ativos foi um dos destaques. Além da TBG e da venda de uma fatia de 10% do capital que ela ainda detém nas redes de gasodutos NTS e TAG, a diretora de Refino e Gás Natural da Petrobras, Anelise Lara, citou a intenção da companhia de vender 51% na Gaspetro, que reúne investimentos em distribuidoras estaduais de gás.

— Estamos conversando com a Mitsui (sócia da Gaspetro, com 49%). Eles têm direito de preferência. Ou a gente sai (da Gaspetro) ou vende as participações nas distribuidoras estaduais. Estamos discutindo e não sabemos qual será o modelo final. Nossa expectativa é que tudo ocorra até o final de 2021 — disse Anelise.

Em outra iniciativa que visa a equacionar as contas da estatal, a Petrobras pretende operar com parceiros em mais da metade de seus campos de petróleo. Carlos Alberto Pereira, diretor de Exploração e Produção, disse que o número de parceiros em campos de petróleo passará de 34% para 57% dos projetos.

— O objetivo é trabalhar mais em parcerias para agregar valor. O foco vai continuar em águas ultraprofundas, com os projetos representando 88% do portfólio em 2020 contra os atuais 55%.

Na quinta-feira, a Petrobras divulgou lucro de R\$ 18,866 bilhões de abril a junho deste ano, o melhor resultado trimestral já registrado pela companhia. Com isso, a estatal vai distribuir R\$ 2,61 bilhões de juros de capital próprio aos acionistas. Porém, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, disse que, por ele, não pagaria dividendo algum.

— Embora a companhia tenha obtido lucro, a Petrobras não tinha que pagar dividendo nenhum. Só deveria pagar quando a companhia recuperar de fato sua situação financeira — disse Castello Branco.

De olho nos custos, a Petrobras pretende definir o futuro do Comperj em setembro deste ano. É quando será concluído estudo técnico que definirá o valor necessário para a construção do empreendimento pelos chineses da CNPC, segundo a Anelise Lara: — Esse estudo técnico será concluído no fim de setembro. É quando teremos uma avaliação para a gente saber se leva o Comperj à frente ou não.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/08/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Índices

Opinião do Globo

UM INDICADOR do descalabro administrativo e ético que assolou a Petrobras no lulopetismo é o endividamento da estatal, que chegou a meio trilhão de reais, o maior do mundo na área corporativa.

COM A divulgação do balanço do segundo trimestre, divulgou-se outro: mesmo com as vendas de ativos já realizadas, a fim de reduzir a dívida, 40% do lucro operacional da empresa vão para pagar juros.

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/08/2019****Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Manoel Ventura****Título: Estatal vai reduzir preço de gás de botijão em 8,16%**

Para estimular queda no valor cobrado, governo quer adotar medidas adicionais, como derrubar restrições ao uso do recipiente de 13kg

RIO E BRASÍLIA- A Petrobras vai reduzir o preço do botijão de gás residencial (GLP) em 8,16%, a partir de segunda-feira, para R\$ 24,06. Desde maio, a unidade de 13 quilos era vendida a R\$ 26,20. Com a mudança, o botijão terá o menor valor desde ao menos novembro do ano passado.

O Sindigás, que reúne as empresas do setor, estima que a quedado GLP residencial oscilará de 6,5% a 12%, dependendo do local. De outro lado, a Petrobras elevou na quinta-feira os preços da gasolina e do diesel em cerca de 4%.

O "choque de energia barata", lançado no mês passado pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, não será capaz de, por si só, reduzir o preço do gás de cozinha, utilizado por consumidores residenciais e indústria. De acordo com estudo da Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas do Ministério da Economia, o programa não bastará para diminuir o preço do botijão.

O estudo do ministério conclui que há "necessidade de medidas adicionais na regulação do mercado de GLP, para que haja um fortalecimento da concorrência, potencializando os efeitos benéficos do choque de oferta de gás natural para os consumidores do botijão de gás de cozinha".

O ministério defende, por exemplo, o fim da política que concentrou o mercado de GLP nos botijões de até 13 kg; o fracionamento de recipientes transportáveis; e o enchimento de botijões de outras marcas para reduzir os preços.

— Com essas medidas adicionais, o mercado vai prover outras possibilidade de arranjos concorrenciais para que essa maior oferta de gás possa contribuir com preços competitivos — disse o secretário responsável pelo estudo, Alexandre Manoel.

A primeira medida deve ser implementada já na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), prevista para o fim do mês. O governo deve acabar com a política de preços diferenciados e restrições para que

botijões de 13 quilos sejam usados no aquecimento de saunas e piscinas, por exemplo.

O estudo aponta que a política é "ineficaz, ineficiente e pouco transparente". E barra a entrada de agentes no mercado. O CNPE deve recomendar à Agência Nacional de Petróleo (ANP) posição oficial para outras duas medidas em estudo. Uma delas é a possibilidade do enchimento fracionado de recipientes. A outra trata da proibição de que um botijão de uma distribuidora seja retornado e enchido por outra.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/08/2019

Seção: Mundo

Autor: ANDRE DUCHIADE

Título: Disputa sobre Itaipu antecipa negociação dura em 2023

Renegociação do tratado desperta cobiça do setor privado e será acompanhada de perto por sociedade do país vizinho

A reação da sociedade do Paraguai ao acordo assinado pela Chancelaria do país com a do Brasil, em maio, com a imediata ameaça de impeachment do presidente Mario Abdo Benítez e a decisão deste de cancelar o documento, antecipam a renegociação do Tratado de Itaipu, prevista para 2023, quando a dívida da construção da usina estará paga.

Hoje, pelo tratado, o Paraguai tem que vender ao Brasil o que não consome da metade da energia a que tem direito. O Brasil retém boa parte do pagamento por essa chamada "energia adicional" para abater o empréstimo que fez ao Paraguai no início da sociedade. A partir de 2023, o Paraguai pretende passar a dispor como quiser da parcela não consumida, vendendo-a a países terceiros ou no mercado livre brasileiro.

A Ande, estatal do setor elétrico paraguaio, hoje não tem meios de operar nesse mercado. Por isso, setores no Paraguai defendem que a energia seja repassada a empresas privadas, que a revenderiam no Brasil. Que os olhos dessas companhias se arregalem na direção da eletricidade paraguaia é uma das consequências esperadas da disputa sobre Itaipu, afirmou Gustavo Rojas, pesquisador do Centro de Análise e Difusão da Economia Paraguaia (Cadep): — Parece claro que aumentará a oferta e o interesse de "intermediários" da energia paraguaia no mercado brasileiro — disse Rojas ao GLOBO.

— Eles vão querer assumir uma posição de vantagem, mirando 2023.

"CHOQUE DE ENERGIA"

Do lado brasileiro, o recuo do governo de Jair Bolsonaro, que aceitou o cancelamento do acordo de maio — pelo qual o Paraguai concordava em pagar mais pela energia de Itaipu usada em seu mercado interno — também deve ser pensado do ponto de vista da geopolítica regional, afirmou Tomaz Espósito Neto, especialista em relações Brasil-Paraguai da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A rápida concessão de Brasília impediu que um nome indefinido, possivelmente antagônico a Bolsonaro, ocupasse a Presidência em Assunção.

— O governo recuou com medo de perder um aliado e de ter um político não favorável no lugar de Abdo Benítez, que poria em xeque a liderança brasileira. É melhor perder os anéis do que os dedos — disse.

Para o pesquisador da UFGD, o recuo do governo Bolsonaro é temporário. O ministro da Economia, Paulo Guedes, deseja dar um "choque de energia", reduzindo os custos da mesma, lembrou ele. Uma consequência possível será que a renegociação do tratado em 2023 conduza a uma maior liberalização do mercado, de modo a incluir empresas intermediárias na negociação da energia paraguaia.

Em razão desse interesse, afirmou Gustavo Rojas, aumentou no Paraguai a expectativa de que haja uma fiscalização social eficiente dos próximos passos da negociação, que é a principal transação no horizonte do Paraguai. Segundo o pesquisador e grande parte da sociedade paraguaia, há a expectativa de que a negociação defina as possibilidades de desenvolvimento da nação.

O governo sinalizou à sociedade que pretende fortalecer o processo de transparência na tarde de ontem, com o anúncio do novo chanceler, Antonio Rivas Palacios, da formação de uma comissão assessora, formada por 11 nomes, entre especialistas em matéria energética e ex-autoridades de governo, para a renegociação do tratado em 2023.

— Este parece um primeiro sinal político importante e um primeiro esforço para levar transparência e fortalecer tecnicamente a oposição paraguaia — afirmou Rojas.

— A falta de transparência das negociações entre as chancelarias foi o que impulsionou a onda de insatisfação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/08/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA

Título: FGTS: quem tem ação de Petrobras e Vale poderá sacar

Para isso, trabalhador precisará transferir toda a aplicação para a conta vinculada ao Fundo, não apenas o valor a ser retirado

BRASÍLIA- Os trabalhadores que têm recursos do FGTS aplicados em ações da Petrobras e da Vale também poderão efetuar a retirada de parte do saldo da conta vinculada, conforme autoriza a medida provisória (MP) dos saques. Esses cotistas poderão se beneficiar da autorização de retirada emergencial (de até R\$ 500 por conta) e da modalidade anual, o saque-aniversário.

A informação foi dada pela Caixa, que divulgará na segunda-feira os detalhes da logística que está sendo montada para fazer os pagamentos do FGTS e do abono (PIS).

Segundo a Caixa, assim que o saque imediato for liberado — de setembro até março de 2020 —, quem usou os recursos do FGTS para investir nas ações das duas companhias, através dos Fundos Mútuos de Privatização, precisará procurar a instituição financeira responsável pela gestão da carteira para pedir os recursos.

Será necessário transferir todo o valor da aplicação para a conta vinculada ao FGTS e não apenas o teto de R\$ 500. O valor transferido passará a fazer parte do saldo da conta do Fundo. Dessa forma, o cotista poderá sacar R\$ 500, dentro do calendário definido pelo governo, e fazer a retirada no mês de aniversário. Neste caso, a liberação começa em abril de 2020 para nascidos entre janeiro e fevereiro. Será possível sacar entre 5% e 50%, de acordo com o saldo da conta.

A Caixa ainda não tem o dado consolidado sobre o montante das contas inativas aplicado em ações da Vale e Petrobras. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), existem 70 carteiras que administram recursos do FGTS em ações da Vale e da Petrobras. Juntos, esses fundos têm R\$ 5,482 bilhões investidos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

Título: Recuo político em Itaipu

No setor elétrico, a posição do governo brasileiro em relação a Itaipu — de aceitar sem questionar o rompimento pelos paraguaios do acordo feito em maio — foi vista como uma decisão política. É que a ameaça de impeachment do presidente Mario Abdo Benítez, com quem Bolsonaro tem boa relação pessoal, poderia conduzir novamente a esquerda ao poder no país vizinho. "Nos governos do PT, Itaipu foi usada para baixar tarifas aos paraguaios e ampliar a

influência da esquerda na região. Agora, vemos um governo de direita recuar de um acordo técnico para evitar a queda de um presidente também de direita. Não faz sentido o Brasil subsidiar a tarifa dos paraguaios", afirmou um especialista do setor.

PERGUNTA NO AR

A pergunta que fica é se o comportamento do governo brasileiro seria o mesmo caso um partido de esquerda governasse o Paraguai. O próprio Itamaraty, em nota, afirmou que a "elevação sem precedentes do relacionamento Brasil-Paraguai se deve, mais do que a qualquer outro fator, à excelente relação pessoal entre os Presidentes Mario Abdo e Jair Bolsonaro e à coincidência de visões estratégicas." Bolsonaro segue Donald Trump, que dá grande peso às relações pessoais em assuntos de diplomacia.

MÁGOA ELÉTRICA

Do lado paraguaio, há uma represa cheia de mágoas em relação ao Brasil. O argumento lá é que a energia mais barata, chamada de adicional e que custa US\$ 6, deveria ser dividida meio a meio, mas o Brasil entende ter direito a cerca de 85% dela, mesma proporção que consome da produção mais cara, de US\$ 44. "Grande parte da demanda aqui é domiciliar.

São dois picos, um ao meio-dia e outro no fim das tardes mais quentes. A turbina não precisa trabalhar o dia inteiro. Por isso o Paraguai puxa mais a energia adicional", conta Manuel Ferreira, da consultoria MF, de Assunção. No Brasil, a demanda maior é da indústria, que necessita de uma carga constante e previsível. Haverá uma guerra de argumentos até a revisão do tratado.

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/08/2019

Seção: O País

Autor: LEANDRO PRAZERES BRASÍLIA

Título: Fiocruz: 56% dos ianomâmis têm mercúrio acima do limite

Metal é usado em garimpos; população indígena é uma das mais isoladas e vive em terras ricas em minérios como o ouro

Uma pesquisa ainda inédita da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) constatou contaminação por mercúrio entre indígenas ianomâmi. De acordo com o

estudo, 56% apresentaram índice do metal acima do limite estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Há suspeitas de relação desse fato com o aumento dos garimpos ilegais na região que usam mercúrio no processo de extração do ouro.

A terra ianomâmi tem 9,6 milhões de hectares entre os estados de Amazonas e Roraima. É uma das populações mais isoladas do país, e a região é rica em minérios como o ouro. A pesquisa da Fiocruz foi feita entre mulheres e crianças de duas aldeias: Maturacá e Ariabu, ambas no Amazonas. Foram coletadas amostras de cabelo de 272 pessoas, depois analisadas pelo laboratório do Instituto Evandro Chagas, em Belém (PA).

De acordo com o coordenador do estudo, o pesquisador Paulo Basta, 56% das amostras apontam um índice de contaminação acima do percentual limite da OMS, que é de 2 microgramas de mercúrio por grama de cabelo examinado. Em 4% da população analisada havia concentrações acima de 6 microgramas de mercúrio por grama de cabelo, considerado o limite de tolerância biológica do corpo humano a essa substância. A partir desse valor, podem surgir doenças neurológicas.

Uma criança de três anos de idade que teve seu cabelo analisado e apresentou um índice de 13,87 microgramas, sete vezes mais que o limite da OMS e mais de duas vezes maior que o índice de tolerância biológica.

—A região do Alto Rio Negro, onde fica a terra indígena ianomâmi, está altamente impactada pela presença de garimpeiros ilegais. Eles usam o mercúrio no processo de extração do ouro. Esse material vai parar na atmosfera ou na água dos rios e acaba contaminando os peixes que, depois, são fonte da alimentação dos índios —disse Basta.

O pesquisador avalia que, tanto a exploração feita pelos garimpeiros ilegais em si quanto uma técnica para encontrar minérios, podem ser os motivos para a contaminação. Para encontrar o ouro, abrem-se grandes buracos na terra ou usa-se bombas d'água para remover o solo do leito dos rios. Como o material da bacia do Rio Negro apresenta, naturalmente, doses consideradas mais altas de mercúrio, a remoção de toda essa terra pode acabar liberando ainda mais mercúrio no ambiente.

— Esse cenário é parecido com o que encontramos em outra área da terra ianomâmi, em 2016, e em regiões de garimpo como no rio Tapajós, no Pará. A cada dia, entram novas levas de garimpeiros nessas regiões —alerta Basta.

O líder indígena ianomami Davi Kopenawadiz que a contaminação por mercúrio do "seu povo é triste realidade".

—Agente sabe disso. É uma triste realidade. Garimpeiro, quando vem na nossa terra, não respeita nada. O mercúrio cai no rio, envenena o peixe e contamina a gente. Tem garimpo em nossa terra desde os anos 1970, mas aumentou muito recentemente.

Já o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Marivelton Barroso, diz estar preocupado com o cenário.

— É uma situação muito preocupante. Agente tem visto que vem aumentando o fluxo de pessoas querendo adentrar o território para garimpar. E o garimpeiro não respeita nada. A gente vê isso em São Gabriel da Cachoeira todos os dias — disse o líder em referência à cidade a 858 quilômetros de Manaus e próxima da terra ianomâmi.

REPROVAÇÃO DE GARIMPO

Uma pesquisa divulgada pelo Datafolha ontem mostrou que 86% dos brasileiros entrevistados são contra a mineração em terras indígenas. O levantamento, contratado pela ONG Instituto Sócio-ambiental (ISA), mostrou que a rejeição à entrada de empresas de exploração nessas reservas —prática, hoje, ilegal — é de, no mínimo, 80% em todas as regiões, escolaridades, idades, sexos, faixas de renda e ocupações.

Conforme o GLOBO divulgou em julho, o governo federal já finalizou a minuta de um projeto de lei que prevê a regulamentação da mineração em terras indígenas. Também ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse que a rejeição estimada "pode ser compatível" com a realidade. Ele afirmou acreditar que há incompreensão sobre o que é um garimpo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Alexandra Azevedo/Rafaela Gonçalves

Título: Gasolina a R\$ 3,99 nos postos do DF

O fim de semana promete ser bom para quem precisa abastecer. Apesar de a Petrobras ter anunciado reajuste da gasolina nas refinarias, a maioria dos postos do Distrito Federal do Plano Piloto estão com o litro abaixo de R\$ 4.

O levantamento feito pelo Correio, em 31 postos do DF, encontrou o combustível, em quase todos os postos, a R\$ 3,99. Alguns com oscilações

pequenas de R\$ 0,05. O único valor encontrado fora desta faixa foi no Petrobras da 214 Norte, que vendia o combustível a R\$ 4,299. “Com o preço de hoje eu estou satisfeito. Às vezes sobe um pouco, mas quando a gente vê, está R\$3,99 de novo. Acho que está um pouco mais estável”, diz o analista de logística André Cruz, 31 anos.

Segundo o presidente do Sindicombustíveis do DF, Paulo Tavares, é difícil saber quanto tempo esses preços serão mantidos nesse patamar. “A base de cálculo para os próximos dias abaixou. Como a gasolina teve muita promoção no mês de julho, a Secretaria da Fazenda pega uma média ponderada dos últimos 15 dias para fazer a base de cálculo dos próximos 15. Essa média baixou de R\$ 4,31 para R\$ 4,10, isso significa que o governo do DF vai arrecadar menos com a queda do ICMS.”, explicou.

Apesar da queda nas bombas, muita gente ainda diz que está longe do ideal, como o militar Edivaldo Duarte, 52. “Satisfeito nós não estamos, mas do preço que estava baixou bastante. O ideal, mesmo, seria o diesel na faixa de R\$ 2,50 o litro e a gasolina na faixa dos R\$ 3. Seria uma coisa mais justa, mas eu ainda espero que abaixe mais. É o que disse o governo.”, afirmou.

Alívio

Além de pagar mais barato pela gasolina, o consumidor terá um alívio no preço do gás de cozinha. A partir de segunda-feira, de acordo como o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás), a Petrobras vai diminuir o preço dos botijões usados em casa e em empresas. O GLP residencial, de embalagens até 13kg, deve ficar de 6,5% a 12% mais barato. O empresarial terá redução de 11% a 17%, a depender da localidade.

O anúncio significa que o preço médio de venda do botijão pela Petrobras às distribuidoras deve cair de R\$ 26,20 para R\$ 24,06. Já o repasse ao consumidor final é incerto, porque depende da incidência de impostos e da margem de lucro visada pelas empresas, que é variável.

De acordo com o Sindigás, que se pronunciou em nota, o ágio praticado pela Petrobras está em cerca de 31% em relação ao preço praticado no mercado internacional, “o que vem pressionando ainda mais os custos de negócios que têm o GLP entre seus principais insumos”.

A redução nos preços do gás faz parte do “choque de energia barata” prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Em abril, o chefe da equipe econômica afirmou que os preços do GLP residencial poderiam cair pela metade em “um ano e meio ou dois” com as medidas do governo, que incluem a abertura do mercado.

** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

MME / ASCOM .